

Depoimento de Vasco Henrique Moura Lupi e Costa



acerca da perseguição pela ditadura e consequente clandestinidade de Pedro Ferraz de Abreu

Eu, Vasco Henrique Moura Lupi e Costa, portador de cartão de cidadão nº 01079363, residente na Estrada da Luz, nº 128 – 4º Dtº, 1600-162 Lisboa, venho trazer aqui o meu testemunho sobre as perseguições que presenciei movidas pela ditadura e a sua polícia política PIDE/DGS a Pedro Manuel Barbosa Ferraz de Abreu, que só não resultaram na sua prisão pela forma ardilosa como a elas se furtou durante anos (adoptando ora um regime de semiclandestinidade, ora de total clandestinidade) – todavia sempre mantendo uma intervenção política muito relevante – e porque entretanto teve lugar o 25 de Abril de 1974, pelo qual o camarada Pedro e tantos outros antifascistas, democratas e revolucionários como nós se bateram, e que pôs termo finalmente ao regime ditatorial que já durava há 48 anos.

Conheci o Pedro Ferraz de Abreu em 1970, quando eu ainda era estudante do Instituto Superior Técnico (IST) e membro (durante dois anos, 69/70 e 70/71) da Direcção do Cine-Clube Universitário de Lisboa (CCUL), organismo autónomo do Movimento Associativo estudantil, com assento nas RIAs (Reuniões Inter-Associações), com o estatuto de Observador, sem direito a voto. O Pedro Ferraz de Abreu era reconhecido como um destacado dirigente estudantil, devido ao seu papel importante na Direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa (AEFCL) e pela sua participação nas RIAs e nos Plenários de estudantes da Academia de Lisboa.

A partir de 1971, já como estudante de Ciências e colaborador associativo da AEFCL, acompanhei de perto a acção intensa da Associação na defesa dos interesses dos estudantes, sob o lema “Por uma Universidade Popular”. Pude então comprovar o reconhecimento que os colegas de Direcção, os colaboradores associativos e os estudantes da Faculdade em geral tinham por ele, pois o seu percurso e intervenção na vida da Associação e do Movimento Estudantil de Lisboa eram marcantes. Não me causaram pois estranheza as perseguições e acções repressivas a que foi sujeito e que eu tive oportunidade de testemunhar.

Relato sucintamente algumas dessas situações:

Recordo que no final de Janeiro de 1971, a chamada de vários dirigentes da AEFCL à PIDE/DGS, entre os quais Pedro Ferraz de Abreu, para serem notificados (e realmente ameaçados) de que a prosseguirem as suas actividades (qualificadas por aquela polícia política como de propaganda política ilegal) dariam azo a consequências legais – entenda-se, prisão. Os membros da Direcção, nomeadamente o Pedro Ferraz de Abreu, por ser um dos principais alvos da perseguição, além de frequentemente não irem dormir nas suas residências, adoptaram um modelo de acção muito flexível, com especiais cuidados para se furtar à vigilância policial, por exemplo, aparecendo na Faculdade e desaparecendo logo de seguida, num processo que, embora mantendo a sua intervenção no meio estudantil, dificultava que fosse preso – mas com enorme prejuízo nas suas vidas e em especial do estudo e do seu percurso académico.

Já em finais de Maio de 1971, o que inicialmente consistiu numa reivindicação da liberdade de informação (no caso, a distribuição, às portas da Faculdade, de um Comunicado à População, aprovado em Reunião Geral de Alunos (RGA) de Ciências, denunciando a prisão recente de estudantes, por sinal de outra Escola, numa acção que era portanto também de solidariedade), transformou-se rapidamente num confronto com as forças do regime: internamente com o Conselho de Escola, e externamente, numa primeira fase, com legionários que tentaram impedir tal distribuição e que, ao fazê-lo, encontraram pela frente estudantes que ripostaram em grupo, numa luta em que se envolveram fisicamente com eles.

Depois, foi a PSP, a mando do Ministro do Interior e por pressão da PIDE, a qual acabou por, a 28 de Maio de 1971, cercar a Faculdade, invadir a Associação, apreender o seu equipamento de reprodução gráfica e perseguir, com mandato de captura, os seus dirigentes – incluindo o Pedro Ferraz de Abreu, Vice-Presidente da Direcção – os quais, para evitarem ser presos, passaram à clandestinidade absoluta.

Foi um período de 5 meses, que passou pela época de exames e final do ano lectivo, de perseguição à Direcção da AEFCL, denunciada pela propaganda estudantil em cartazes afixados na Faculdade, inclusive no Refeitório, que só afrouxou no recomeço do ano lectivo, em finais de Outubro / princípios de Novembro de 1971.

Mas 1972 viria a ser um ano de nova intensificação da repressão fascista e, em concreto, do assédio e perseguição intermitente aos líderes estudantis, com relevo para os da AEFCL.

A 12 de Outubro de 1972, dois agentes da PIDE/DGS assassinam a tiro de pistola, no Anfiteatro de Económicas, o estudante de Direito - Ribeiro Santos - e ferem outro, José Lamego. Foi o Pedro Ferraz de Abreu quem procurou evitar a prisão deste ultimo, tentando extraí-lo do hospital com a ajuda de seu Pai, médico e então Director do Hospital da Marinha. Foi ainda o Pedro Ferraz de Abreu quem redigiu e leu o Comunicado que veio a ser aprovado em Plenário de estudantes (“Governo do Povo, Sim; Governo Assassino, Não”), para ser distribuído à população (o que efectivamente aconteceu em numerosos lugares e chegou a muitos cidadãos); e quem liderou a organização do massivo movimento de protesto dos estudantes de Lisboa, que envolveu outras camadas da população, e que teve o seu ponto alto no cortejo fúnebre que levou a urna do Largo de Santos até ao Cemitério da Ajuda. Neste período, alguns camaradas da Direcção da AEFCL e de outras escolas foram presos, mas o Pedro Ferraz de Abreu conseguiu iludir a perseguição, por estar já na clandestinidade – situação que se manterá até ao 25 de Abril de 1974.

Sobre este período da clandestinidade quero contar algo acerca da minha própria vivência de perseguição política declarada e de como ela se cruzou com o Pedro Ferraz de Abreu:

Em consequência dos referidos acontecimentos de Outubro/72 e das lutas estudantis aprovadas em concorridas RGAs e travadas dentro da Faculdade de Ciências (com greves às aulas, ocupação destas, etc.), foram instaurados processos disciplinares e decretadas suspensões a quase duas dezenas de estudantes, numa clara perseguição a alvos escolhidos – os dirigentes e colaboradores associativos mais activos, intervenientes nessas lutas – naturalmente, o Pedro Ferraz de Abreu foi um deles. Eu fui incluído nesta Lista.

Em relação aos estudantes (homens) que estavam em situação de adiamento de cumprir o serviço militar, o qual estava condicionado a “bom comportamento escolar”, decidido arbitrariamente pelas Autoridades Académicas, houve uma sanção (grave) complementar: foram compulsivamente chamados a prestar serviço militar. O Pedro Ferraz de Abreu fez parte deste grupo, e eu também.

A maior parte dos elementos deste grupo entenderam que deveriam recusar essa incorporação na tropa, porque se recusavam a ir fazer a Guerra Colonial, guerra injusta, contra a qual vinham lutando desde há anos, desenvolvendo acções de denúncia, manifestações e outras acções cívicas.

Nesse sentido, procurámo-nos organizar para ir para o exílio, tendo eu e os restantes estudantes sancionados com a incorporação, passado a uma situação equivalente a clandestinidade – deixámos de frequentar os locais habituais, passámos a residir em casa de familiares e/ou amigos insuspeitos, mantendo encontros eventuais em locais presumidamente seguros para combinar a nossa acção.

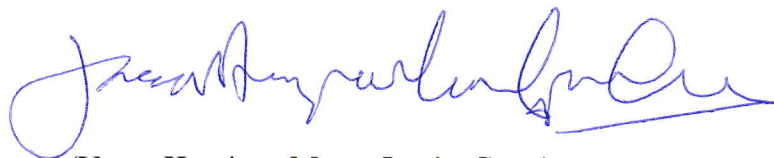
Desempenhou papel decisivo neste período, de cerca duas semanas, o Pedro Ferraz de Abreu que, embora estando em completa clandestinidade desde Outubro, mantivera sempre

contacto connosco através de canais seguros de comunicação. Foi ele que liderou todo o processo, sendo o responsável por garantir a nossa estadia (de uma semana) numa casa refúgio na Lourinhã – e onde ainda tivemos a oportunidade de nos encontrarmos com ele uma vez, inclusive para fazer um manifesto contra a ditadura e a guerra. Depois, assegurou a organização do transporte até à fronteira, o apoio em informações e contactos, e a ajuda financeira para a viagem, que entretanto se decidiu ser até Paris. Nós, os cinco que compunham esse grupo seguimos, mas o Pedro Ferraz de Abreu permaneceu clandestino em Portugal.

Durante o tempo de exílio eu e outros companheiros obtivemos o estatuto de Refugiado Político pela OFPRA – Office Français de Protection des Réfugiés et Apatrides, organismo que aplica em França as orientações da Convenção da ONU (Genebra / 1951). Durante tal período – que foi até ao 25 de Abril – tivemos ocasionalmente uma ou outra notícia sobre o trajecto político, em clandestinidade, do Pedro Ferraz de Abreu, tomando a dada altura conhecimento de que assumira, no aparelho clandestino da Organização partidária a que estava ligado, cargos de responsabilidade, ao nível do Comité Central.

Quando regressei de Paris a 30 de Abril de 1974 vinha mandatado, por parte do sector exterior da mesma Organização partidária (de que entretanto me tornara militante), para o procurar – foi quando voltei a ver e a falar presencialmente com o Pedro Ferraz de Abreu.

Lisboa, 22 de Julho de 2021



(Vasco Henrique Moura Lupi e Costa)